

Termo de Referência 8/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
8/2024	201057-CENTRAL DE COMPRAS - SEGES - ME	PAMELLA ELIS BANDEIRA	28/05/2024 14:20 (v 2.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	1/2024	19973.008796/2024-55

1. Condições gerais da contratação

- 1.1. Aquisição de combustível de aviação para o transporte aéreo de pessoas e materiais que objetive o suporte à população dos municípios do estado do Rio Grande do Sul - RS que se encontram em situação de calamidade pública ou de emergência, em razão das enchentes de maio de 2024.
- 1.2. A aquisição abrange tanto o querosene de aviação (JET A) quanto a gasolina para aviação (AVGAS), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

PARTICIPANTE: CENTRAL DE COMPRAS - CÓDIGO UASG 201057							
Item	Descrição	CATMAT	Tipo de Produto	Localidade do Aeródromo	UF	Quantidade Estimada Mensal (litros)	Quantidade Estimada Global - 12 meses (litros)
1	Querosene para aviação	461558	JET A	Canoas	RS	100.000	1.200.000
2	Querosene para aviação	461558	JET A	Caxias do Sul	RS	76.000	912.000
3	Querosene para aviação	461558	JET A	Passo Fundo	RS	76.000	912.000
4	Querosene para aviação	461558	JET A	Pelotas	RS	76.000	912.000

5	Querosene para aviação	461558	JET A	Porto Alegre	RS	76.000	912.000
6	Querosene para aviação	461558	JET A	Santa Maria	RS	100.000	1.200.000
7	Querosene para aviação	461558	JET A	Uruguaiana	RS	76.000	912.000
8	Querosene para aviação	461558	JET A	Chapecó	SC	76.000	912.000
9	Querosene para aviação	461558	JET A	Florianópolis	SC	100.000	1.200.000
10	Querosene para aviação	461558	JET A	Jaguaruna	SC	76.000	912.000
11	Querosene para aviação	461558	JET A	Joinville	SC	76.000	912.000
12	Querosene para aviação	461558	JET A	Navegantes	SC	100.000	1.200.000
13	Gasolina para aviação	461509	AVGAS	Santa Maria	RS	18.600	223.000
14	Gasolina para aviação	461509	AVGAS	Florianópolis	SC	15.000	180.000

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de até 12 (doze) meses, prorrogável por igual período, conforme o art. 22 do Decreto nº 11.462/2023.

1.5. O(s) contrato(s) terá(ão) prazo de duração de até um ano, contados a partir da data de assinatura, prorrogável por igual período, desde que as condições e os preços permaneçam vantajosos para a administração pública, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento da situação de calamidade pública, conforme disposto no art. 15 da Medida Provisória nº 1.221/2024.

1.6. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.7. A empresa poderá apresentar proposta em quantitativo inferior ao previsto para cada item, nos termos do art. 15, inciso IV, do Decreto nº 11.462/2023.

2. Fundamentação e descrição da necessidade

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada Nota Técnica SEI nº 21970/2024/MGI, apêndice deste Termo de Referência.

3. Descrição da solução como um todo

3.1. O fornecimento dos combustíveis abrange os aeródromos com estrutura para o abastecimento seguro, com presença de distribuidora operando regularmente, conforme as normas regulamentares da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.

3.2. O fornecimento inclui operações especiais para o abastecimento, como destanqueio, programas de abastecimento e armazenagem, juntamente com outros procedimentos necessários para garantir o abastecimento eficiente e seguro das aeronaves envolvidas nas operações voluntárias durante o período de calamidade pública e/ou emergência.

3.3. O fornecimento será executado por demanda exclusivamente na forma de abastecimento Boca de Tanque, para abastecimento direto nas aeronaves.

3.4. Serão abastecidas, exclusivamente, as aeronaves previamente autorizadas e comunicadas formalmente à contratada pela contratante.

4. Requisitos da contratação

4.1. Além da observância das obrigações previstas na legislação aplicável, a contratada deverá atender aos seguintes requisitos básicos para atendimento da demanda:

4.1.1 Manter disponibilidade de combustível de aviação e de equipamentos de abastecimento em perfeito estado de funcionamento, de acordo com as localidades e quantidades determinadas, durante todo o período contratual;

4.1.2 Utilizar pessoal devidamente qualificado, em todas as etapas da execução do contrato, sobretudo transporte, distribuição, manuseio e operação;

4.1.3 Providenciar o abastecimento das aeronaves identificadas em lista periodicamente atualizada e encaminhada pelo órgão contratante;

4.1.4 Identificar e fornecer o combustível apropriado ao funcionamento de cada aeronave, no ato de abastecimento;

4.1.5 Fornecer ao órgão contratante as informações pertinentes aos abastecimentos realizados.

Sustentabilidade

4.6. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos previstos na Nota Técnica SEI nº 21970/2024/MGI, apêndice deste Termo de Referência.

Subcontratação

4.7. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.8. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes da Nota Técnica SEI nº 21970/2024/MGI, apêndice deste Termo de Referência.

5. Modelo de execução do objeto

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é imediato, sob demanda, para toda e qualquer aeronave autorizada para fins de abastecimento pela contratante, na localidade/aeródromo em que estiver, desde que contemplada no contrato firmado com a contratada.

5.2. O combustível deverá ser fornecido nas localidades estabelecidas no item 1.2. deste termo de referência e nos aeródromos especificados no Modelo de Proposta.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.3. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.15. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.16. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.17. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.18. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.19. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.20. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.21. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.22. O gerenciamento de riscos da contratação será exigível somente durante a gestão do contrato, conforme art. 3º da Medida Provisória nº 1.221/2024.

7. Critérios de medição e pagamento

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data do recebimento pelo fiscal do contrato, via e-mail cujo endereço será informado pelo contratante, de arquivo digital, contendo: a Nota Fiscal e as CPA/CE atreladas à respectiva Nota Fiscal. O recebimento definitivo será realizado, após conferência da consistência dos dados contidos no arquivo digital, sendo caracterizado pela emissão e envio à empresa da relação de pagamento, documento que elenca as notas fiscais recebidas, aptas ao processo de liquidação e pagamento.

7.2. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

7.3. O envio do Nota Fiscal digital à contratante, para fins de recebimento definitivo e posterior processo de liquidação e pagamento, deverá ocorrer semanalmente, limitado a uma vez por semana.

7.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7.5. A Nota Fiscal entregue deverá conter, necessariamente, a memória de cálculo para a formação do preço praticado na respectiva localidade, com a decomposição do preço, conforme será descrito no Item 9 desse Termo de Referência.

7.6. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

7.7. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação de regularidade das certidões social e trabalhista, nos termos do art. 62, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, dispensando-se, excepcionalmente, a apresentação de documentação relativa às regularidades fiscal e econômico-financeira, considerando o restrito número de fornecedores de combustíveis capazes de atender à presente demanda, e consoante previsão do art. 4º da Medida Provisória nº 1.221/2024.

7.8. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da regularidade social e trabalhista do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

Prazo de pagamento

7.9. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa (recebimento), conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.10. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura, quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

7.11. A empresa deverá, mensalmente, encaminhar a planilha de formação de preço atualizada com o custo componente "ex-refinaria" correspondente ao mês de referência do pagamento.

Forma de pagamento

7.12. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.13. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.14. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

7.15. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

7.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.17. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

7.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.19. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

7.20. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.21. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.22. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplimento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

$I = (TX) \quad I = (6 / 100) / 365$

Antecipação de pagamento

7.23. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

Cessão de crédito

7.24. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.25. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, não serão admitidas.

7.26. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.27. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.28. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Forma e critérios de seleção e regime

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso VIII da Lei nº 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de menor valor por item.

Exigências de habilitação

8.2. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar regularidade perante os seguintes requisitos:

a) Registro no SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

Habilitação Jurídica

8.3. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Qualificação Técnica

8.11. Declaração de que o interessado tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação;

8.12. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.13. As empresas deverão comprovar a qualificação técnica por meio da apresentação de documentação comprobatória de que a LICITANTE possua autorização da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) para distribuição e/ou revenda de querosene e gasolina de aviação.

8.14. As empresas deverão apresentar prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.15. As empresas deverão apresentar declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

8.16. Considerando o restrito número de fornecedores de combustíveis capazes de atender à presente demanda, e consoante previsão do art. 4º da Medida Provisória nº 1.221/2024, dispensa-se, excepcionalmente, a apresentação de documentação relativa às regularidades fiscal e econômico-financeira, mantendo-se necessária a demonstração da habilitação social e trabalhista, nos termos do art. 62, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.

8.17. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.18. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.19. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.20. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9. Estimativas do valor da contratação

Valor (R\$): 137.643.229,20

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 137.643.229,20 (cento e trinta e sete milhões, seiscentos e quarenta e três mil, duzentos e vinte e nove reais e vinte centavos), conforme demonstrado no mapa comparativo de preços e na Nota Técnica 20563 de Precificação, constantes da instrução processual.

9.2.5 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

a. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

b. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

Cálculo dos custos para formação do preço

9.3. O valor a ser pago pela contratante à contratada pelo objeto deste Termo, será o preço compatível com o praticado no mercado, conforme o mapa comparativo constante da instrução processual do presente certame.

9.4. A composição dos preços dos produtos deve demonstrar a alíquota e o valor do imposto que compõem o preço, por localidade.

9.5. O Convênio ICMS 84/90, de 12 de dezembro de 1990, que concede a isenção do ICMS nos abastecimentos das aeronaves, com destino ao exterior, foi prorrogado por tempo indeterminado pelo Convênio ICMS 151/94, de 14 de dezembro de 1994. As aeronaves do contratante com destino ao exterior não pagarão ICMS, conforme legislação em vigor.

9.7. Nos preços do fornecimento dos produtos do objeto estão incluídos todos os impostos, taxas, mobilizações, fretes de transportes, seguros incidentes e outros previstos na legislação em vigor, à época da contratação.

9.8. O preço representa o valor a ser pago pelo contratante à contratada, nas condições fixadas nesta cláusula, não podendo esta, por estarem inclusas no referido preço, reclamar do contratante quaisquer outras quantias, a qualquer título, notadamente os referentes a:

a. mão-de-obra;

- b. encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários e sociais; e
- c. outras despesas administrativas.

9.9. Para efeito da proposta, o preço do litro do querosene de aviação (QAV) será calculado conforme a seguir:

a. **PREÇO MÉDIO PONDERADO ANP:** os preços médios ponderados semanais praticados a partir de 2013 pelos produtores (refinarias, centrais petroquímicas e formuladores) e importadores dos derivados de petróleo são divulgados no sítio eletrônico da ANP, no endereço: "<https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/precos-e-defesa-da-concorrenca/precos/precos-de-produtores-e-importadores-de-derivados-de-petroleo>", em níveis regional e nacional. Incluem, quando couber, as parcelas relativas à CIDE, ao PIS/PASEP e à COFINS. Não estão incluídos os valores do ICMS, os quais dependem de legislação própria de cada estado da Federação. O valor a ser utilizado em determinado mês será o valor referente ao Querosene de Aviação – QAV (R\$/litro) correspondente à última semana disponibilizada no site da ANP, no endereço supramencionado, a ser consultado no último dia útil do mês anterior ao mês em que será praticado o preço, e comprovado pela data de atualização exibido ao final da tabela.

b. **ARRENDAMENTO VARIÁVEL:** é o valor expresso em Reais equivalente a porcentagem do preço final do litro de querosene de aviação ou pelo valor da metragem cúbica consumida, cobrado pela empresa administradora aeroportuária na venda realizada nos aeroportos. Esta parcela não poderá ser inserida na composição do preço de querosene de aviação nas localidades em que a contratante possua instalações de armazenagem de combustível de aviação das quais a contratada faça uso por meio de Contrato de cessão de uso a título não oneroso.

c. **DIFERENCIAL FIXO:** é o valor cobrado pela contratada para cobrir os custos e despesas operacionais do fornecimento em cada localidade licitada.

d. **PREÇO BRUTO LITRO (PL):** é o preço de um litro de querosene de aviação calculado somando-se os seguintes valores:

PREÇO MÉDIO PONDERADO ANP + ARRENDAMENTO VARIÁVEL + DIFERENCIAL FIXO + ICMS SOBRE O SOMATÓRIO DAS PARCELAS.

9.10. Para efeito da proposta, o preço do litro de gasolina de aviação (AVGAS) será calculado conforme a seguir:

a. **PREÇO DE EX-REFINARIA:** preço de faturamento do litro da gasolina de aviação nas refinarias produtoras será composto pelo preço, sem impostos, à vista ou de 45 dias para pagamento, mais os valores dos impostos quando for o caso. Este valor é atualizado periodicamente pelas refinarias, conforme autorização da ANP e Portaria do Ministério da Fazenda nº 463, de 06.06.1991.

b. **ARRENDAMENTO VARIÁVEL:** é o valor expresso em Reais equivalente a porcentagem do PREÇO DE EX-REFINARIA do litro de querosene de aviação ou pelo valor da metragem cúbica consumida, cobrado pela empresa administradora aeroportuária na venda realizada nos aeroportos. Esta parcela não poderá ser inserida na composição do preço da gasolina de aviação nas localidades em que o CONTRATANTE possua instalações de armazenagem de combustível de aviação.

c. **DIFERENCIAL FIXO:** É o valor cobrado pela CONTRATADA pelo serviço prestado em cada localidade, incluídos valores referentes à condição de pagamento e parcelas acrescidas de maneira diferenciada junto à refinaria e os custos logísticos para o fornecimento do combustível (perdas na cabotagem, taxas portuárias, dutos etc.).

d. **PREÇO BRUTO LITRO (PL):** É o preço de um litro de gasolina de aviação calculado somando-se os seguintes valores:

PREÇO DE EX-REFINARIA + ARRENDAMENTO VARIÁVEL + DIFERENCIAL FIXO + ICMS SOBRE O SOMATÓRIO DAS PARCELAS.

9.11. Para definir o preço a ser pago pela contratante, será o menor preço final ofertado pelos licitantes, a ser demonstrado por meio da planilha do Apêndice II deste Termo de Referência, devendo ser compatível, mas não se limitando, ao preço de referência.

9.12. A contratante efetuará a retenção na fonte de tributos e contribuições nos pagamentos a pessoas jurídicas conforme a legislação em vigor.

9.13. O preço cobrado pela contratada para o fornecimento de combustíveis de aviação em tambores ou tanques flexíveis, de propriedade da contratante, será igual ao preço de fornecimento de boca de tanque.

Reajuste do Diferencial Fixo

9.14. Os preços, no que se referem ao Diferencial Fixo, são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

9.15. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, nos termos do item 9.23 deste Termo de Referência, os preços contratados, no que se referem ao Diferencial Fixo, que representa o serviço prestado pela CONTRATADA em cada localidade, poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula:

$$R = [V \times (IPCA - IPCAo)] / IPCAo$$

Onde:

R= valor reajustado do "Diferencial Fixo";

V= valor do "Diferencial Fixo" a ser reajustado;

IPCA = índice acumulado relativo à data do reajuste;

IPCAo = Índice de Preços ao Consumidor Amplo, do IBGE, vigente na data da Oferta de Preço da CONTRATADA.

9.16. O primeiro reajuste deve ocorrer depois de decorrido o prazo mínimo de 1 (um) ano da data limite para a apresentação da proposta de preço.

9.17. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste e o IPCA corresponderá ao índice vigente na data dos efeitos financeiros do último reajuste concedido ou precluso.

9.18. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará à contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

9.19. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

9.20. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

9.21. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9.22. O reajuste será realizado por apostilamento.

9.23. O pagamento de parcelas reajustadas somente deve ocorrer após o apostilamento do reajuste, conforme previsto no item 9.22 deste Termo de Referência, que somente será processado após a conferência da veracidade das informações.

Os valores das parcelas variáveis e sua comprovação

9.24. O valor das parcelas variáveis deverá ser comprovado a cada faturamento, por meio do envio mensal da planilha do Apêndice II do Termo de Referência com os valores atualizados dos componentes indicados no item 9.25, conforme itens 9.9 e 9.10 do presente Termo de Referência. O pagamento correspondente só será processado após a conferência da documentação recebida quanto aos seus componentes.

9.25. A comprovação da variação do valor dessas parcelas dar-se-á da seguinte forma:

a. **PREÇO MÉDIO PONDERADO ANP:** conforme item 9.9 - a

b. **PREÇO DE EX-REFINARIA:** conforme item 9.10 - a

c. **ARRENDAMENTO VARIÁVEL E IMPOSTOS:** A variação das parcelas de arrendamento variável, bem como aquela relacionada aos impostos, será concedida após a comprovação, por documentação oficial, de seu aumento ou diminuição. Entende-se por documentação oficial, neste caso, toda aquela emitida ou ratificada pelos Governos Estaduais, pela INFRAERO, pela Concessionária do Aeroporto, pela ANAC ou por qualquer outro Órgão pertencente à Administração Pública direta ou indireta.

9.26. As parcelas passíveis de variação serão atualizadas, ainda no mês de vigência, caso a documentação comprobatória, PROVENIENTE DE ÓRGÃO EMISSOR OFICIAL, seja enviada conforme descrito nos itens 9.25 - a, 9.25 - b e 19.2.3.

10. Adequação orçamentária

10.1. Considerando tratar-se de aquisição no sistema de registro de preços, a adequação orçamentária será demonstrada quando da celebração dos contratos.

10.2. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Membro da equipe de planejamento da contratação (EPC)

JOSE SERGIO MARQUES DOS SANTOS

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 28/05/2024 às 12:13:14.

Despacho: Membro da equipe de planejamento da contratação (EPC).

SANDRA MARIA DE MENEZES BELOTA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 28/05/2024 às 11:58:24.

Despacho: Membro da equipe de planejamento da contratação (EPC).

RUTE CLEA PEREIRA DE NORONHA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 28/05/2024 às 13:10:02.

Despacho: Membro da equipe de planejamento da contratação (EPC).

PAMELLA ELIS BANDEIRA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 28/05/2024 às 11:59:08.

Despacho: Membro da equipe de planejamento da contratação (EPC).

TOBIAS BALDISSERA BOLZAN

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 28/05/2024 às 14:20:27.

Despacho: Membro da equipe de planejamento da contratação (EPC).

KLAYTON ANGELO AZEVEDO LUCENA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 28/05/2024 às 12:13:14.

Despacho: Membro da equipe de planejamento da contratação (EPC).

FRANCISCO ROGERIO LIMA DA SILVA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 28/05/2024 às 12:56:09.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Apendice I do TR_Planilha para modelo de apresentacao da proposta.xlsx (13.27 KB)
- Anexo II - Apendice II do TR_Planilha de Custos.xlsx (12.41 KB)